

Processo: 00970-2004-019-10-00-7 RO

(Ac. 3ª Turma)

Origem: 19ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

Juiz(a) da Sentença: ROBERTO DOS SANTOS SOARES

Juiz(a) Relator: PAULO HENRIQUE BLAIR

Juiz(a) Revisor: JOSÉ RIBAMAR O. LIMA JUNIOR

Julgado em: 13/10/2005

Publicado em: 28/10/2005

Recorrente: COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF

Advogado: André Luiz Vieira de Melo

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Advogado: Fabio Leal Cardoso

Acórdão do(a) Exmo(a) Juiz(a) PAULO HENRIQUE BLAIR

EMENTA

NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DE OBREIROS COMO EMPREGADOS EM CONFIANÇA. INOBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DO ART. 37, V, DA CF. O art. 37, V, da Carta Federal determina que "... as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". Logo, se da própria descrição feita pela ré em sua defesa fica visível que parte das funções exercidas por obreiros não concursados de modo algum possuem os graus de direção, chefia ou assessoramento exigidos na norma constitucional já transcrita, o exercício destas funções por tais obreiros é violadora do art. 37, II, da CF. Recurso ordinário da ré conhecido e desprovido.

RO 89-16.2010.5.10.0019 – 1ª Turma – Publicação: DEJT 12.11.2010

Relator Desembargadora - MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

Revisor Desembargadora - FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Recorrente: Ministério Público do Trabalho

Procuradora: Ludmila Reis Brito Lopes

Recorrida: Empresa de Tecnologia Informação da Previdência Social. – Dataprev Advogado Peter Alexander Lange

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EMPREGO EM COMISSÃO. EMPRESA PÚBLICA. A contratação de pessoal pela via do emprego em comissão somente é válida mediante previsão legal e para o

exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento, aplicando-se, no particular, os mesmos requisitos dispostos no inciso V do art. 37 da Constituição.

Evidenciada a ausência de respaldo legal para a criação de empregos em comissão no âmbito da empresa ré, forçoso o reconhecimento da nulidade das contratações, com a determinação de que a demandada se abstenha de admitir novos trabalhadores a título de emprego em comissão.

DECISÃO: Por tais fundamentos, ACORDAM os Desembargadores da egr. Primeira Turma, do egr. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em sessão turmária, à vista do contido na certidão de julgamento (a fl. retro), aprovar o relatório, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar procedentes os pedidos iniciais, a fim de: **declarar a nulidade** dos contratos de trabalhos dos ocupantes de empregos comissionados, **determinando-se o afastamento** dos trabalhadores no prazo de 30 (trinta) dias, contados do trânsito em julgado do presente acórdão; **abster-se** a DATAPREV, imediatamente, de contratar trabalhadores a título de emprego ou cargo em comissão, sob pena de pagamento de **multa** no importe de R\$10.000,00 (dez mil reais) **por trabalhador** admitido nessas condições, a ser revertida em favor do FAT, ficando, no particular, antecipados os resultados da lide; fixar **indenização a título de dano moral coletivo no importe de R\$50.000,00** (cinquenta mil reais), reversível ao FAT, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada. Em, 04 de Novembro de 2010 (Data do Julgamento)